



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1647790

A geografia no período contemporâneo e geografia e gênero

Gabryel Vieira Ferreira Pryston

Lucas Gomes Amaral

Resumo

O trabalho aborda análises sobre a trajetória da ciência geográfica no período contemporâneo, partindo de uma Geografia descritiva, baseada em catalogação dos elementos e dos aspectos da natureza, para enfatizar a vertente “Geografia e Gênero”, a qual observa as características dos princípios geográficos homogêneos e androcêntricos que prevalecem nesse ambiente, excluindo perspectivas de mulheres e de diferentes indivíduos componentes do espaço geográfico. Além disso, é apresentada a “Geografia e Gênero” no Brasil, visando as principais autoras e como elas foram apresentadas e difundidas. Por fim, foi abordada a “Geografia Queer”, que neste trabalho teve um protagonismo maior nas mulheres trans e travestis e pessoas que fogem dos papéis de gênero impostos e reforçados pela sociedade nos espaços urbanos.

Palavras chave: Geografia; Gênero; Espaço; Mulheres; Crítica.

Geography in the Contemporary Period and Geography and Gender

Abstract

This paper examines the trajectory of the discipline of geography in the contemporary period, beginning with descriptive geography—which is based on the cataloging of the elements and aspects of nature—to highlight the “Geography and Gender” perspective, which examines the characteristics of the homogeneous and androcentric geographical principles that prevail in this field, excluding the perspectives of women and other individuals who make up the geographical space. In addition, the paper presents “Geography and Gender” in Brazil, focusing on the leading female authors and how their work has been presented and disseminated. Finally, “Queer Geography” was addressed; in this study, it focused primarily on trans women, transvestites, and people who defy the gender roles imposed and reinforced by society in urban spaces.

Keywords: Geography; Gender; Space; Women; Critique.

Introdução

Ao longo do século XX, o pensamento geográfico foi alvo de grandes transformações que alteraram não apenas o seu objeto de estudo, mas a forma de compreender e analisar a forma como as relações da sociedade e da natureza atuam entre si. (CORREIA, Manuel; 2021). Ademais, foi pautada por uma neutralidade da ciência e



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1647790

pela metodologia rigorosa quantitativa, a Geografia encontrou na segunda metade do período contemporâneo, um surgimento de tendências neopositivistas que permitiu a influência de novos modelos da Matemática, sistemas e categorias analíticas para a distribuição e a organização espacial. Sendo assim, é nesse contexto de renovação e também vinculado pelas correntes da Geografia Crítica e Humanista, que a Geografia de Gênero se consolida como um campo vital para a compreensão das desigualdades socioespaciais e o conceito de gênero a partir do contexto da sociedade de classe e no processo de organização do espaço geográfico.

Historicamente, a Geografia negligenciou e ocultou as experiências vividas por diferentes grupos sociais, destacando-se um espaço predominantemente patriarcal. Outrossim, a Geografia influenciada pelo materialismo histórico-dialético e pela fenomenologia, foi o marco necessário para que o espaço deixasse de ser visto como um ambiente neutro, atravessado pela violência e moldado por relações de poder, mas também por relações de resistência.

Sob esse viés, o objetivo principal deste trabalho final é analisar pesquisas científicas e artigos que abordam a evolução do pensamento geográfico contemporâneo e os marcos históricos que possibilitaram a consolidação e sistematização da Geografia de Gênero, dando destaque ao cenário brasileiro. Dessa maneira, o entendimento do conceito de gênero é fundamental para a distinção de conceitos biológicos e conceitos construídos socialmente e culturalmente, permitindo o questionamento de como o espaço é produzido e é reproduzido por relações de poder entre homens e mulheres.

Além disso, essa trajetória no Brasil começa a ganhar destaque na década de 1980, consolidando-se através de pesquisas de gênero, sexualidade e raça. Dentre essas pesquisas, ressalta-se que os geógrafos Joseli Maria Silva e Marcio Jose Ornat têm sido essenciais nesse avanço, pavimentando a produção científica nacional e propondo novos olhares e reflexões sobre as diferenças nas relações socioespaciais de homens e mulheres.

A trajetória do pensamento geográfico

Dessa forma, explicar o que é Geografia, passa a ser a explicitação do conteúdo de classes subjacente a cada proposta. Assim, cabe realizar uma breve história crítica do pensamento geográfico, enfatizando os interesses e as tarefas veiculadas por esta disciplina. [...]. Por isso, cabe também realizar um inventário da discussão geográfica recente, analisando as propostas surgidas após o movimento de renovação. E, através dessas, identificar os agentes e as práticas sociais referidas ao espaço em jogo na atualidade. Em outras palavras, investigar o estágio da luta ideológica, desenvolvida nesse campo de debate específico, que é a Geografia. E mais, em função desta luta, propor direcionamentos gerais, que permitam pensar esta disciplina como instrumento de uma prática libertadora. (Moraes, 2005, p. 10)

A trajetória da Geografia no Período Contemporâneo é marcada por mudanças metodológicas e epistemológicas que descentralizou o foco da simples descrição regional para uma análise mais crítica das estruturas socioespaciais. Nesse sentido, para entender como a categoria “Gênero” adentrou nesse campo vital, é preciso voltar atrás e observar a gênese que ocorreu a partir da metade do século XX, quando os paradigmas tradicionais



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1647790

passaram a ser questionadas pela sua incapacidade de explicar e detalhar os elementos complexos da vida social.

É nesse contexto que a chamada “Geografia Tradicional” sobressai, baseada pelo determinismo e pelo possibilismo, onde o espaço geográfico era visto como uma ciência descritiva e de catalogação dos elementos e aspectos da natureza para as ações humanas. A partir de então, surge a chamada “Geografia Quantitativa” ou “Nova Geografia” que teve a intenção de configurar a Geografia como uma disciplina verdadeiramente científica, como afirma a citação abaixo:

Era impossível chegar a generalizações a partir de estudos regionais, devido à natureza singular e específica das combinações de fenômenos em cada caso, essa nova geografia implica a desvalorização do estudo das regiões como tarefa primordial da pesquisa geográfica. (Capel, 1991, p. 38).

Além disso, esta corrente é caracterizada pela neutralidade, utilizando modelos matemáticos e físicos, estatísticos e, assim como, a busca por leis gerais/universais de organização espacial e de contribuição para conquistar o Estado mais favorável e apto para as necessidades humanas. Entretanto, ao favorecer essa metodologia neopositivista e empírica da análise espacial, a “Geografia Quantitativa” acabou invisibilizando os sujeitos sociais, desconsiderando e negligenciando os processos econômicos, conflitos e desigualdades desses grupos sociais.

O marco divisório dá sequência nos anos 1970, com a chegada da “Geografia Crítica” ou “Geografia Radical”. Outrossim, influenciada pelo materialismo Histórico-Dialético, essa vertente atribui uma nova interpretação da sociedade e denúncia o caráter ideológico da “neutralidade” da “Nova Geografia”. Sendo assim, o espaço geográfico passou a ser compreendido como fruto de uma sociedade capitalista, de construção social, política e, também, destacando o reflexo das contradições do capital e das a luta de classes. Paralelamente, a “Geografia Humanista”, embasada na Fenomenologia, representa uma reação contrária à Nova Geografia propondo o retorno da subjetividade e ressaltando o “lugar” que é um centro de elementos afetivos carregados de vivências e significados.

Dessa forma, essas duas correntes, Radical e Humanística, foram fundamentais para superar as limitações da Geografia Tradicional e da Geografia Quantitativa, ampliando as concepções filosóficas, metodológicas e epistemológicas. Enquanto a Geografia Radical pavimentou as bases de identificação dos padrões de opressão e violência, a Geografia Humanista assegurou a importância da valorização dos comportamentos e das experiências individuais que cada indivíduo atribui aos lugares. Então, foi nesse contexto que possibilitou o questionamento do “Androcentrismo” na comunidade acadêmica. Logo, se o espaço é uma construção social e emocional, e o lugar é um alvo de vínculos afetivos, histórico e identitário, é imprescindível ignorar a distinção entre homens e mulheres consumindo e reproduzindo o espaço geográfico de maneiras distintas, sendo regidos por padrões e normas culturais de gênero.

Por conseguinte, a evolução do pensamento geográfico contemporâneo não foi apenas transformações de técnicas, mas como uma humanização e o reconhecimento dos sujeitos sociais para o olhar geográfico. Ademais, ao admitir que um geógrafo militante disse que “a Geografia é uma prática social referida ao espaço terrestre”, a qual pode



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1647790

ser de dominação (como tem sido na maioria das vezes), mas também de libertação. (MORAES, Antônio). Sendo assim, as vertentes citadas abriram as portas para que os movimentos sociais, incluindo o feminismo, a comunidade LGBTQIAPN+ e entre outros, reivindicassem os seus direitos, os modos de viver e os seus territórios de pertencimento, como uma categoria de análise política, dando origem a consolidação da Geografia de Gênero.

A incorporação da Geografia de Gênero na esfera acadêmica

Quero, entretanto, assinalar que, além do ingresso maciço de mulheres casadas no mercado de trabalho, a reemergência do movimento feminista como articulador de um novo discurso sobre a condição das mulheres não pode ser ignorada. Abrir a caixa-preta da esfera doméstica e expô-la ao debate político ajudaram a dissolver a noção de harmonia ou equilíbrio entre os sexos, os tabus sobre o casamento, a sexualidade e a maternidade. (Bila, 2000, p. 28).

Durante a segunda onda do movimento feminista, que aconteceu nas décadas de 1960 à 1980, houve uma ação direta com agitações políticas, sociais, movimentos pacifistas e de contracultura que aconteciam na época. Outrossim, as mulheres lutavam pelos direitos das suas vidas pessoais e não apenas no meio político (como foi o movimento Sufragista que buscava participação política feminina e o direito ao voto feminino), mas também, os direitos reprodutivos, o acesso a métodos contraceptivos, a liberdade sexual e, principalmente, a igualdade no mercado de trabalho. Além do mais, por muito tempo, a Geografia Pragmática operou sob a “neutralidade científica”, tratando o espaço geográfico como um algo homogêneo onde atuavam componentes universais, gerais e, principalmente, masculinos. Foi então que, a crítica fundamental inaugurada pela Geografia de Gênero foi a desmistificação desta suposta neutralidade. A incorporação do conceito de "Gênero", diferenciando do conceito de “sexo biológico”, foi fundamental nesse processo. É possível observar as desigualdades entre mulheres, homens, pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ e outros grupos sociais, na apropriação e reprodução do espaço geográfico. Nesse sentido, a participação desses indivíduos no mercado de trabalho demonstra a discrepância das relações de gênero, majoritariamente em espaços públicos. No entanto, em espaços privados as relações de gênero ainda seguem a mesma lógica da divisão desigual do trabalho, da violência, da exploração sexual, da exploração do trabalho doméstico, criando assim uma revolução pela insatisfação. Ademais, tratar de questões de gênero e propor transformações vai contra a atual organização social capitalista de dominação, de práticas machistas, exploração dos recursos naturais, do corpo, do espaço, do homem e da mulher. Logo, a temática “Gênero” está sempre presente no nosso cotidiano, porém tem seu debate pouco estimulado ou equivocado. Em suma, é necessário analisar como estão postas estas relações.

A que exatamente gênero se refere: é uma questão de mulheres, ou desigualdades, ou diferença sexual ou uma combinação destes? Como os seus usos em toda a sorte de disputas políticas e sociais influenciaram em seus significados? Parece não haver um único lugar no qual o gênero possa confortavelmente ou finalmente repousar. E é justamente por isso que, estes



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1647790

debates são políticos. (Joan, 2012, p. 6).

Por conta de todos esses debates, as ciências passaram a analisar as questões de gênero e uma delas é a Geografia. Na Geografia a categoria “Gênero” considera que as relações sociais e movimentos de diferentes configurações de sexualidade, que estão se consolidando, contribuem para a reprodução do espaço e da sociedade. A ciência geográfica hegemônica e marcada por privilégios de raça e sexo, características essas que dificultam a expressão das espacialidades de grupos femininos, de pessoas não brancas e da ordem heteronormativa dominante. Análogo a isso, a existência espacial e as ações concretas desses grupos não foram consideradas adequadas como objeto de estudo no campo da Geografia. A razão dessa ausência deve ser entendida pela dominância naturalizada dos discursos “neutros”, haja vista a impossibilidade dos questionamentos a respeito da diversidade de saberes que compõem a sociedade contemporânea e suas variadas especialidades. Nessa perspectiva, este discurso é reproduzido nas academias e nas escolas por meio de obras clássicas e livros didáticos, fomentando a alienação das pessoas e, continuam reproduzindo esse sistema que nega a realidade, impedindo uma sociedade que respeita a diversidade. Mas ao mesmo tempo em que é negada na teoria, nos debates acadêmicos, a existência material se contrapõe aos padrões estabelecidos e os espaços heteronormativos.

A Geografia de Gênero no Brasil

A consolidação da Geografia de Gênero no Brasil deu-se a partir do final da década de 1980, desenvolvendo-se a partir da combinação da renovação teórica com inovações metodológicas aplicadas a temas urbanos, sexualidades e epistemologia da geografia. Acrescenta-se a participação de algumas referências e grandes geógrafos, como a professora Rosa Ester Rossini, da Universidade de São Paulo, como uma das pioneiras da trajetória feminista no Brasil, ampliando debates e estudos sobre trabalho feminino no campo, analisando as relações de gênero na agricultura e na dupla jornada das mulheres, enquanto trabalhadoras e mães.

O fato é que houve uma feminização da geografia brasileira e que as mulheres tornaram-se produtoras de conhecimento geográfico, mas a ciência praticada pelas mulheres geógrafas não se diferencia da produção científica masculina e muito pouco tem contribuído para construir a visibilidade das espacialidades femininas. Além disso, apesar da recente feminização da ciência geográfica brasileira, as mulheres ainda não possuem a mesma notoriedade e reconhecimento científico que seus pares homens, e, ainda, ocupam em proporções menores os postos de poder, como já evidenciado anteriormente. (Silva, 2009, p. 13-14).

Outro marco importante foi a colaboração da geógrafa Joseli Maria Silva, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com o Grupo de Estudos Territoriais (GETE), o qual é um dos principais grupos de pesquisas e produções de conhecimento sobre gênero, sexualidade e espaço no Brasil. Ademais, a Geografia de Gênero gerou um avanço na inserção institucional, mas enfrentou impasses como a legitimação da presença feminina



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1647790

nas universidades e o reconhecimento das suas obras para ocupar espaço na produção científica, articulando feminismos anticapitalistas, antirracistas e decoloniais no fazer geográfico.

A Geografia Queer e a Vivência Trans

A incorporação das críticas sobre a produção feminista que negligenciava as identidades raciais e sexuais resultou na emergência de uma vertente que passou a autoidentificar-se como “Geografias Queer”, que, se por um lado mantinha elementos comuns com as Geografias Feministas, como a crítica à perspectiva androcentrada da ciência, por outro, desenvolveu uma perspectiva desconstrucionista do discurso geográfico. (Silva, 2010, p.3).

Uma outra percepção que também merece destaque é sobre a vivência de corpos trans e travestis, uma vez que são poucos artigos, textos e trabalhos acadêmicos que esses grupos são estudados ou identificados. Análogo a isso, é importante compreender que os espaços urbanos são organizados de forma sexista e que ele funciona como um elemento de organização das relações de gênero. Dessa forma, foram criticados os fatores urbanos como os padrões de uso e ocupação da terra que dividem as áreas residenciais dos espaços produtivos e de serviços, mas também, da qualidade dos sistemas de transporte, que dificultavam a mobilidade das mulheres, responsáveis pelas questões familiares, e o seu avanço às oportunidades de trabalho e de estudo. Então, a ideia de cidade acabava reforçando os papéis que homens e mulheres sempre tiveram, e também criava dificuldades para acabar com as diferenças entre os gêneros, pois separava o que era espaço público e o que era espaço privado.

Além disso, outro momento de críticas às abordagens de gênero e espaço aconteceu nos anos 1990, onde o discurso estava concentrado na compreensão da “Binariedade”. Paralelo a isso, as críticas eram direcionadas a adoção de uma feminilidade genérica, que vinha pelas diferenças de classes sociais e baseada na figura da mulher branca, cisgênero, heterossexual e proletária, ignorando outras identidades, sexualidades e racialidade por sistemas políticos e culturais de opressão. Por isso, as



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1647790

reprovações da produção científica geográfica feminista abriram outros olhares para a análise, envolvendo o espaço urbano e as cidades.

Dessa maneira, as reações sobre a produção geográfica feminista que ignorava outros grupos minoritários, resultou na vertente da “Geografia e Gênero” e, posteriormente, passou a se autoidentificar como “Geografia Queer”, a qual ainda mantinha elementos comuns com a “Geografia Feminista”, conforme a crítica à perspectiva androcentrada do meio acadêmico, desenvolvendo uma perspectiva de desconstrução dessas problemáticas do discurso geográfico.

A vertente geográfica queer ampliou o escopo de luta também dentro das geografias feministas, superando a perspectiva de gênero polarizada em um campo de forças oposicional entre homens e mulheres, e contemplou outras categorias de análise envolvendo uma perspectiva relacional entre gênero, sexualidades, classe, raça, etnia. Além disso, forjou uma crítica epistemológica que pode ser válida para compreender as ausências de vários grupos sociais subalternos, que são sistematicamente negados pelo saber científico geográfico. (Silva e Marcio, 2010, p.3).

Percebe-se os avanços notórios científicos das dinâmicas de gênero no espaço geográfico. Desde então, a organização das estruturas urbanas das cidades não desenvolvem outras formas de organização e planejamento urbano, em vez disso, reforçam um sistema heteronormativo compulsório, baseando-se nas tradicionais perspectivas da “Binariedade” dos espaços. Assim, nessa perspectiva, como vivem os indivíduos que não se encaixam nesses papéis de gênero forçadamente impostos e limitantes pela sociedade contemporânea e reforçada pelo sistema capitalista?

Duncan (1990) argumenta em “The city as text” que a paisagem urbana é um sistema de significados, depositária e transmissora de informações, tal qual a linguagem expressa em textos escritos. A “paisagem/texto” é um discurso, uma estrutura social de inteligibilidade dentro da qual todas as práticas são comunicadas, negociadas e desafiadas. Cada grupo social interpreta o texto urbano de forma diferente, ao mesmo tempo em que o produz, de forma simultânea. As inter-relações de textos que se entrecruzam, instituintes e instituídos da “cidade texto” são as “intertextualidades”. (Silva e Marcio, 2010, p.4).

Partindo desse princípio, as pessoas trans e travestis têm maneiras distintas de ler, compreender e caracterizar os contextos urbanos e, a partir disso, estabelecer significados e atribuir memórias pessoais distintas de pessoas brancas, cisgêneras e heterossexuais. Ademais, por conta dos padrões heteronormativos presentes na sociedade, as pessoas transgênero enfrentam situações complexas e desagradáveis nos espaços urbanos e, portanto, criam memórias negativas sobre um determinado território. Em suma, muitas dessas memórias negativas atribuídas, iniciam-se em ambientes que no consciente popular deveriam ser acolhedoras e benéficas como a casa, por exemplo. Por outro lado, para uma pessoa transgênero, não-binária ou que não se encaixa nos papéis de gênero determinados pelo espaço urbano, a casa será um ambiente de represálias e negligências onde esses indivíduos enfrentam situações de abandono, de preconceito e até expulsão por seus familiares ou responsáveis.



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1647790

Outrossim, os transportes públicos ou em espaços públicos são áreas inseguras onde esses indivíduos precisam lidar com assédios, preconceitos e violências, as quais muitas vezes podem colocar as suas vidas em risco. Nessa perspectiva, esses mesmos grupos são invisibilizados pelo mercado de trabalho e, portanto, não conseguem exercer empregos formais. Contudo, caso obtenham, serão alvos de discriminações e violências, acarretando na desistência dos empregos e, assim, tendo que se submeter a serviços insalubres ou atividades nocivas, como: a prostituição, que uma pessoa hétero, cis e branca vai atribuir adjetivos ruins, mas para as pessoas transgêneros vão estabelecer sua fonte de renda e sobrevivência. No entanto, a maioria dos espaços urbanos são ambientes marcados por memórias ruins e hostis, dependendo do contexto social e espacial do indivíduo, e assim, irão reconhecer esses territórios com lentes diferentes para aqueles que se encaixam nas normas heteronormativas e binárias impostas por esses espaços, como já foi citado.

Considerações finais

O trabalho apresentado teve como objetivo demonstrar como a Geografia atua na atualidade, considerando todos os seus processos históricos anteriores, desde suas mais arcaicas origens na Grécia Antiga, os debates que surgiram sobre a sua importância e como ela se modifica pelas eras por onde passava, chegando até hoje. O tema “Geografia e Gênero” foi escolhido a fim de mostrar como as mulheres e pessoas Queers analisam o espaço com base em suas experiências e visões de mundo que muitas vezes são lidas de uma forma violenta. Também com o objetivo de mostrar que a Geografia atual ainda tem visões hegemônicas baseadas nas perspectivas de homens cis e brancos que ignoram a vivência de outros indivíduos que fogem dessa norma estabelecida e também como esse pensamento ainda continua a ser difundido em textos, artigos e materiais didáticos.

Referências

- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A evolução do pensamento geográfico e a fenomenologia. *Sociedade & Natureza*, v. 11, n. 21/22, 1999.
- CALIÓ, Sonia Alves; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana**. 1991.
- CAPEL, Horacio. *Las nuevas geografías*. Barcelona: Salvat Ediciones Generales, 1991.
- COSTA, Carmem Lúcia. A presença e ausência do debate de gênero na geografia do ensino fundamental e médio. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v. 2, n. 2, p. 76-84, 2011.
- D'ABREU, Lylla Cysne Frota. A construção social do gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, p. 587-589, 2012.
- MACHADO, Lia Osorio. Emplacement of ideas: the development of geographical thought in Brazil in the early 20th century. *Finisterra*, v. 33, n. 65, 1998.



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1647790

MARCELINO, Andréa Rabelo; VOLPATO, Gildo. Formação do professor de Geografia: um olhar para o pensamento geográfico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 79, p. 87-103, ago. 2021.

MOREIRA, Ruy. *O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes brasileiras*. v. 3. São Paulo: Contexto, 2010.

REIS, Maira Lopes. Estudos de gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. *Espaço e Cultura*, n. 38, p. 11-34, 2015.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José. Espaço urbano, poder e gênero: uma análise da vivência travesti. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 9, n. 1, p. 83-95, 2010.

SILVA, Joseli Maria et al. Geografia e gênero no Brasil: uma análise da feminização do campo científico. *Ateliê Geográfico*, v. 3, n. 2, p. 38-62, 2009.

SILVA, Susana Maria Velela da. Geografia e gênero/Geografia feminista: o que é isto? *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 23, n. 1, 1998.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 25-34, 2000.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer aos nossos pais, por serem o nosso refúgio nos momentos mais desafiadores e cansativos, por todo o amor, incentivo e apoio essencial para que pudéssemos realizar esse trabalho. Ademais, vocês são as figuras mais inspiradoras e desejamos trilhar os seus passos nas nossas vidas. Ao Professor Dr. Thiago Oliveira Neto, que possibilitou a realização deste trabalho. O mesmo, durante toda a matéria de “Evolução do Pensamento Geográfico”, tirava as dúvidas e estimulava principalmente a curiosidade de seus alunos, apresentando autores, obras e artigos acadêmicos envolvendo os temas abordados em suas aulas. As nossas amigas da faculdade, Aline e Heloisa, que estiveram ao nosso lado desde o começo do período da graduação, estudando juntas e transformando esse percurso em algo mais acolhedor e agradável. Por fim, em especial, ao amigo Marcos, que mesmo estando distante fisicamente, marcou a nossa trajetória. Agradecemos profundamente por cada incentivo, por cada escuta e por acreditar no nosso potencial quando duvidamos dele.